

PETROLINA/PE

Sindicato denuncia falta de EPIs e desvio de função dos vigilantes durante pandemia



Categoria quer melhores condições de trabalho (Foto: Blog Waldiney Passos/Arquivo)

Os vigilantes são trabalhadores considerados essenciais. Eles estão responsáveis pela segurança em agências bancárias e hospitais. Contudo, apesar de serem fundamentais para que a normalidade prevaleça em meio a pandemia, essa categoria está sendo obrigada a atuar em outras funções e ainda por cima, sem os EPIs necessários.

A denúncia foi feita pelo Sindicato dos Vigilantes do Sertão de Pernambuco (Sindvig), que além de Petrolina abrange outras cidades do Sertão. Segundo o presidente Laécio

Vasconcelos, falta sensibilidade das empresas. “Temos vigilantes em dois hospitais do Sertão e eles estão fazendo serviço de maqueiro, de colocar balão de oxigênio”, destacou.

As irregularidades não param. Há ainda profissionais atuando com carga horária acima do permitido, sem receber hora-extra; o vale refeição teve o valor diminuído e faltam os EPIs. Diante dessa situação o Sindvig apresentou uma notificação às unidades hospitalares e não descarta acionar a Justiça trabalhista.

FONTE: BLOG WALDINEI BARROS

NOTA DE PESAR - REGINALDO DE ALMEIDA

É com grande tristeza que comunicamos o falecimento do vigilante Reginaldo de Almeida, nesta madrugada do dia 22/05/2020, aos 51 anos de idade, vítima da COVID-19. Reginaldo era vigilante da Confederal, trabalhava na Residência Oficial de Águas Claras e morador de Ceilândia. Sua esposa e filhos também estão contaminados pelo coronavírus. Uma tragédia que se abate em mais uma família.

Rogamos a Deus o acolhimento à sua alma para que Reginaldo descanse em paz e também o conforto ao familiares, amigos e colegas de trabalho para que possam superar este momento de grande dor. Desejamos o pronto restabelecimento da esposa e filhos e que Deus derrame bênçãos sobre as vidas de todos os vigilantes e familiares para que possam seguir em frente com saúde e segurança.

Reginaldo deixa uma vida de exemplos, dedicação e profissionalismo e muita saudade.



Com duas mortes e 14 testes positivos, vigilantes temem Covid-19 no DF

Levantamento realizado pelo sindicato da categoria revela que contaminação atingiu profissionais que atuam em unidades locais de saúde



A morte de Reginaldo de Almeida, 51 anos, por coronavírus, a segunda registrada de um vigilante, fez aumentar ainda mais o temor de uma categoria que não pode optar pelo isolamento social. Os seguranças particulares são os que guardam os acessos de unidades de saúde públicas, privadas e de centenas de empresas instaladas na capital do país. Logo, estão mais expostos ao contato com quem chega.

Dados do sindicato da categoria mostram que há pelo menos 14 vigilantes contaminados e internados com a Covid-19 no DF. O número, pondera a entidade, deve ser muito maior, uma

vez que a testagem em massa dos trabalhadores foi iniciada somente nesta semana e, por enquanto, o balanço oficial foi baseado apenas na primeira leva de notificações.

“Os profissionais da segurança privada não têm nenhum amparo do empregador. Diante de muita insistência, de muita cobrança, eu consegui marcar e realizar dois testes, que deram negativo”, disse um vigilante que atua em unidade pública de saúde da região de Sobradinho e pediu para não ser identificado, temendo represálias.

O trabalhador detalhou a rotina de cuidados diários para proteger sua família da doença.

“Quando eu chego em casa, minha esposa fica preocupada. Temos um filho com asma e bronquite e chego já sem sapato, tiro o uniforme e coloco numa sacola, porque tenho medo de levar o vírus para a minha família”, contou.

Todo dia chega paciente confirmado com Covid-19 onde eu trabalho e não recebemos nenhum cuidado, nada, somos invisíveis

VIGILANTE QUE ATUA EM UNIDADE DE SAÚDE DE SOBRADINHO

Diante dessa realidade, o profissional reclama da falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) para quem desempenha a função. “Os patrões estão explorando a nossa mão de obra de forma indiscriminada, mas deixam de cumprir o essencial, que é a entrega de material básico de proteção para nós, trabalhadores. Recebemos as máscaras com muito atraso e depois de muita insistência”, revelou.

“Eu, por exemplo, recebi uma única máscara de pano. Não chegou luva e nada mais. Isso expõe a gente ao perigo constante”, completou o trabalhador.

Linha de frente

De acordo com o Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância (Sindesv-DF), relatos como esse aumentam a cada dia, o que tem despertado preocupação sobre a saúde da categoria.

“Como nos hospitais, os vigilantes estão na linha de frente recebendo esses pacientes contaminados. O sindicato conseguiu, junto à Secretaria de Saúde, que sejam feitos testes para Covid-19 em todas as equipes desses postos de serviço”, explicou Gilmar Rodrigues, diretor de Comunicação do Sindesv-DF. “No entanto, infelizmente, não tem equipamento para realizar o teste em todos. Caso o vigilante tenha sintomas, a orientação é que o mesmo procure esses postos itinerários”, acrescentou.

De acordo com o dirigente sindical, muitos vigilantes já começaram a ser testados desde a última quinta-feira (21/05), com exceção daqueles que estão lotados nas regiões do Gama, Santa Maria, Sobradinho e Ceilândia. Esses estão programados para a segunda etapa de testagem, iniciada na noite dessa sexta-feira

(22/05), conforme explicou Rodrigues.

“Ressaltamos que em nenhum estado brasileiro existe equipamento suficiente para testar toda a população, mas o sindicato tem trabalhado para que os vigilantes fiquem nos grupos de prioridade para fazer o teste. Assim, caso se contaminem, terão logo o resultado e poderão iniciar o tratamento o quanto antes, o que é fundamental para salvar vidas”, continuou.

Representante da categoria na Câmara Legislativa, o deputado distrital Chico Vigilante (PT) afirmou que teve inúmeras reuniões com representantes do Governo do Distrito Federal, inclusive da Secretaria de Saúde, e criticou a higienização tardia das unidades públicas de saúde. Segundo ele, faltou orientação prévia para enfrentar a proliferação do novo vírus.

“Quando foi colocado no decreto do presidente da República sobre o trabalho essencial do vigilante, não fizeram nada, não se prepararam para dar segurança à categoria. Não deram equipamentos de proteção, não treinaram e nem orientaram a categoria”, ressaltou o parlamentar.

“Falei com o governador Ibaneis para exigir das empresas que entregassem esse material. Algumas acham que vigilante não é gente. A morte do Reginaldo é o segundo caso já registrado de óbito entre vigilantes que atuam nas unidades de saúde. A categoria está assustada”, declarou o parlamentar.

Unidades com vigilantes contaminados:

- Hospital Regional do Guará: 01
- Hospital Regional de Samambaia: 03
- Unidade de Pronto Atendimento de Samambaia: 01
- Hospital de Apoio: 02
- Hospital Regional de Planaltina: 02
- Hospital Regional de Taguatinga: 04
- Hospital Regional de Santa Maria: 01

(Fonte: Sindesv-DF)

Fonte: Metropoles

JAVA / PAGAMENTO DE PROCESSO EM TEMPOS DE PANDEMIA:

MAIS 28 COLEGAS EX-JAVA BENEFICIADOS COM A LUTA DO SINDICATO. MULTA ART 477. QUASE 1.000 PARA CADA UM

25.600 reais é a soma a ser entregue na próxima semana para 28 colegas ex-Java que saíram da empresa em 2017. Estes colegas atuavam no IPAC, receberam as rescisões fora do prazo e “colaram” com o Sindicato para buscar na justiça o seu direito, a chamada multa do art. 477 da CLT.

Cada colega vai receber quase 1.000 reais desta conquista e, num momento de grave crise que atravessamos, este recurso vai ser muito útil para a maioria e o Sindicato está abrindo uma exceção no seu funcionamento e fazendo a sua parte no apoio aos colegas.

Mas, observaremos as seguintes regras:

- Todos precisam estar de máscaras e outras formas de proteção;
- Dos 28, só serão atendidos até 14 em cada dia. Confira abaixo o dia que você está escalado. Só compareça no seu dia;

• Todos já devem levar cópias e original dos documentos (RG, CPF, prova de residência e CTPS – pagina da foto, verso e do contrato Java). Sem os documentos prontos não terá nem acesso ao Sindicato;

Para alguns destes 28, este será o 2º repasse de conquista do Sindicato em pouco mais de 60 dias: 478 reais do processo de resíduo de periculosidade e agora estes valores de multa do 477.

É conquista para quem tem fé na luta e cola com o seu Sindicato.

É conquista para quem se une, não fica sozinho e não aceita dá na mão para patrão quebrão.

Confira seu nome e a data de comparecimento no site da entidade. Usufrua da sua conquista.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

PROTECTOR/ PAGAMENTO DE PROCESSO EM TEMPOS DE PANDEMIA:

CHEQUES PARA MAIS 5 COLEGAS EX-PROTECTOR HOJE

Cinco colegas ex-Protector que fizeram acordo em precatório estão convidados a comparecerem no Sindicato nesta segunda-feira, 25/05, às 9h, para receberem seus cheques.

Créditos e planilha chegaram nesta semana ao Sindicato e, mesmo com o funcionamento suspenso em razão do coronavírus, a direção do Sindicato cuidou de preparar os cheques para repasse aos colegas. Numa situação de pandemia estes procedimentos só estão sendo possíveis com a adoção de todos os cuidados para a proteção de todos: uso de máscaras, álcool gel, distanciamento e já levar pronta

as cópias dos documentos (RG, CPF, prova de residência e CTPS – pagina da foto, verso e do contrato Protector).

É quase 100 mil reais a ser distribuídos para os 5 colegas.

É conquista para quem tem fé na luta e confia no seu Sindicato.

É conquista para quem se une, se organiza e não deixa seu direito para quebrão.

Confira seu nome no site da entidade e usufrua da sua conquista.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

Caixa lucra R\$ 3,05 bilhões no primeiro trimestre de 2020

Resultado significa queda de 22% em relação ao mesmo período de 2019 e de 38% ao trimestre de 2019



A Caixa lucrou R\$ 3,05 bilhões no primeiro trimestre de 2020, com queda de 22% em relação ao mesmo período de 2019 e de 38% ao trimestre de 2019. De acordo com relatório da Caixa, a redução do lucro se deu, principalmente, em razão da redução da margem financeira em aproximadamente 13,9% e compensado pelas reduções de 1,3% com despesa de pessoal e 2,4% com outras despesas administrativas. A queda da margem financeira foi influenciada pelas reduções de 7,9% em receitas das operações de crédito e 32,9% em resultado de Título e Valores Mobiliários e derivativos, compensadas pela redução de 12,1% em despesas de captação. A rentabilidade foi de 14,4%, com alta 2 pontos percentuais em doze meses.

Para Fabiana Uehara Proscholdt, secretária da Cultura e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) nas negociações com o banco, lembra que, apesar da queda na comparação com os trimestres anteriores, o banco continua lucrando e muito. “A economia mundial sofreu um baque inesperado por conta da pandemia do coronavírus (Covid-19) e com a Caixa não poderia ser diferente. Um lucro de três bilhões em três meses não é para qualquer empresa. Só um banco muito forte, feito pelos seus empregados e para a população. Por isso, nossa reivindicação sempre será Caixa 100% Pública.”

A Caixa encerrou 1º trimestre de 2020 com 84.113 empregados, com o fechamento de 713 postos de trabalho em relação ao 1º trimestre de 2019 (contudo, foram acrescidos 47 postos de trabalho no trimestre). Em doze meses, foram fechadas três agências, 29 Postos de Atendimento, 44 lotéricas e 75 Correspondentes Caixa Aqui. Em contrapartida, a Caixa registrou o incremento de 4,1 milhões de novos clientes.

A carteira de crédito amplo da Caixa apresentou ligeira expansão (0,9%) na comparação trimestral, e crescimento de 2%, em doze meses, totalizando R\$ 699,6 bilhões. A Carteira Comercial Pessoa Física cresceu 1,8% em doze meses, totalizando R\$ 82,6 bilhões. A Carteira Comercial Pessoa Jurídica apresentou queda de 17,1% no período, somando R\$ 38,7 bilhões. Com saldo de R\$ 470,4 bilhões no trimestre e participação de 67,2% na composição do crédito total, o crédito imobiliário cresceu 1,1%, no trimestre, e 5,2%, em doze meses. A carteira de infraestrutura cresceu 0,8% na comparação trimestral, e 1,2%, em doze meses, totalizando R\$ 84,7 bilhões. A taxa de inadimplência para atrasos superiores a 90 dias foi de 3,14%, com variação de 0,67 p.p.

As receitas de prestação de serviços e com tarifas bancárias caíram 11,4% em doze meses, totalizando R\$ 5,8 bilhões no trimestre. Embora em menor proporção, as despesas de pessoal, considerando-se a PLR, também diminuíram – 5% em doze meses, totalizando 5,6 bilhões. Assim, no 1º trimestre de 2020, a cobertura das despesas de pessoal pelas receitas secundárias do banco foi de 103,5%.

Fonte: Contraf

Caixa e Santander mudam protocolo e vidas estão ainda mais ameaçadas por Covid-19

Em Pernambuco, os dois bancos lideram em casos confirmados da doença, com 56% dos casos e, no Brasil, 3 bancários já morreram



Desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia do novo coronavírus, o Comando Nacional dos Bancários - entidade que congrega representantes de sindicatos da categoria de todo o país - tem negociado com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) medidas preventivas de saúde e segurança para combater a proliferação da Covid-19, doença causada pelo vírus, entre trabalhadores e trabalhadoras dos bancos e a população geral.

Tudo dia bem até que, esta semana, representantes de sindicatos e trabalhadores da Caixa, que vem atendendo milhares de trabalhadores e trabalhadoras informais em busca do auxílio emergencial de R\$ 600, aglomerações que são um risco para bancários e para a população, e do Santander começaram a denunciar mudanças no protocolo de prevenção e cuidados com os bancários que

havia sido negociado e vinha sendo cumprido. [Veja detalhes do protocolo no final do texto].

Segundo os sindicalistas, os bancos têm forçado o trabalhador, mesmo com caso confirmado de Covid-19 leve a continuar atendendo e, além disso, não estão dispensando os trabalhadores e trabalhadoras que tiveram contato com os que se contaminaram, o que tem ameaçado a vida dos trabalhadores, de suas famílias e da população em geral.

A situação é bastante crítica em Pernambuco. Segundo levantamento do Sindicato dos Bancários de estado, 175 bancários estão contaminados pelo novo coronavírus. A Caixa, com 32%, e o Santander, com 24%, lideram o ranking, com 56% dos casos, seguidos por Bradesco (21%), Itaú (10%), Banco do Brasil (8%) e Banco do Nordeste (5%).

O levantamento foi feito a partir de denúncias

recebidas na entidade, todas checadas com cada gestor e superintendências das agências.

“A Caixa e o Santander querem matar os funcionários e seus clientes porque só querem afastar para quarentena, e ainda mais curta, os casos positivos e ignora os colegas que tiveram contato de alguma forma com quem adoeceu. E ainda estão exigindo que os empregados continuem trabalhando sem higienização na agência”, disse a presidenta do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, Suzineide Rodrigues.

“Como os bancos não nos informam de forma proativa e ainda estão intimidando os trabalhadores e as trabalhadoras para não denunciarem ao sindicato, esse número pode ser ainda maior”, diz a dirigente.

Não se cale, denuncie!

Para estimular a categoria a denunciar os bancos não estão adotando os protocolos de prevenção, o Sindicato dos Bancários de Pernambuco lançou na última terça-feira (19), a campanha de conscientização “Não se cale, denuncie!”.

“Os bancos não podem continuar brincando com a vida das pessoas, e o trabalhador precisa denunciar. Tem locais de trabalho que estão pedindo para que o bancário ou bancária troque o atestado de Covid-19 por um outro qualquer para que continue trabalhando. Só com a ajuda da categoria é que conseguiremos mudar esta realidade”, disse Suzineide.

A presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira, ressalta que o Comando Nacional dos Bancários “continua nas mesas de negociação cobrando o cumprimento dos protocolos de proteção de saúde e de segurança de forma igual para todos os bancos”.

“É fundamental que afastem os casos suspeitos e confirmados e atenda nossas reivindicações do atendimento porque o lucro não pode estar acima das vidas”, exige a dirigente.

Problema começou com o pagamento do auxílio emergencial

Durante o pagamento da primeira parcela do auxílio emergencial, filas e filas dobraram o quarteirão das agências da Caixa para receber

o benefício, o que aumentou a possibilidade da proliferação do vírus entre a categoria e a população.

Com o número de casos aumentando e a Caixa se recusando a informar os números de trabalhadores e trabalhadoras contaminadas, é difícil fazer um balanço nacional da situação, reclama o presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), secretário de Finanças da Contraf-CUT e trabalhador da Caixa, Sérgio Takemoto.

Ele lamentou que a Caixa, de forma unilateral, reduziu as medidas de segurança sem se preocupar com a vida dos brasileiros e brasileiras, já que a população continua procurando o banco e está correndo risco de contaminação.

Segundo ele, o número de relatos que a entidade recebe sobre o descumprimento do acordo são muitos, mas não tem estes dados sistematizados.

“Estamos buscando medidas judiciais e conversando com o Ministério Público para buscar alternativas e garantir o mínimo de proteção para os bancários e bancárias, mas a falta de diálogo entre banco e comando e entre o governo e a direção da Caixa dificultam o avanço da segurança que queremos assegurar da população e dos trabalhadores”, afirma.

Tudo pode piorar com a segunda parcela do auxílio emergencial

Sérgio também ressalta que mesmo ainda nas negociações iniciais na parte do atendimento, a categoria não teve avanço, e as principais bandeiras não foram atendidas, como a descentralização do pagamento do auxílio emergencial, agendamento do pagamento via telefone, ampla campanha de esclarecimento sobre o benefício e a contratação de mais trabalhadores.

“A defasagem de pessoal já é um problema antigo, mas que tem se intensificado na pandemia, pela demanda e pelo afastamento de diversos trabalhadores, o que tem feito a categoria trabalhar de 12 a 15 horas diárias. E pode piorar se a doença entre a categoria continuar avançando e o número de pessoas

aprovadas para receber o benefício continue crescendo”, disse.

Segundo a Fenae, até 2015 a Caixa tinha 101 mil empregados e hoje são 86 mil. E esse número ficou ainda menor quando o Congresso Nacional, pressionado pela CUT e demais centrais, conseguiu aprovar o auxílio emergencial de R\$600 e o governo de Jair Bolsonaro (sem partido) anunciou o pagamento do benefício pela Caixa, que superou as expectativas de entre 25 e 30 milhões de pessoas, chegando a 1/3 da população.

“É bom lembrar que além do auxílio emergencial, a Caixa continua pagando o Bolsa Família, FGTS, seguro desemprego, que inclusive houve aumento de pedido porque está tendo muitas demissões e o governo não está fazendo nada para impedir, pelo contrário, ainda está reduzindo salários e jogando a conta da pandemia nas costas do trabalhador”, destaca.

Mortes e desvalorização na categoria

O coordenador da Comissão de Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa), Dionísio Reis, também destaca que o presidente do banco está rodando a mídia colocando os trabalhadores como heróis de crachás, como se fossem invencíveis e eternos como os que se vê na televisão, mas não abre o diálogo e nem valoriza a categoria.

“Reduziram os protocolos de saúde e segurança num momento em que no país tem aumentado o número de casos e mortes e depois que a categoria perdeu três trabalhadores e trabalhadoras pela doença, um em São Paulo, outro na Paraíba, inclusive com mais de 60 anos que estava trabalhando, e um advogado no Pará”, contou.

E Dionísio diz ainda que os protocolos estão sendo cada vez menores, inclusive o do retorno dos trabalhadores.

“Para voltar ao trabalho é preciso que o trabalhador ou trabalhadora contaminado ou com suspeita cumpra a quarentena de 14 a 28 dias e ainda seja testado antes e isso não tem acontecido. Muitos trabalhadores só fazem 7 dias de quarentena e não são testados e isso

pode piorar ainda mais a situação”, comenta.

Dionísio também denuncia que os sindicatos e as entidades também estão recebendo denúncias em relação a pagamentos errados, falta de registro de ponto, entre outras, mas têm evitado várias outras tragédias para a categoria.

“Herói de verdade é valorizado e o banco fala de boca para fora, porque a gente acredita que poderia ser evitada com protocolos mais rigorosos, o que os bancos não estão cumprindo”, afirma.

Protocolo de proteção negociado pelo Comando dos Bancários

No início das negociações, o movimento sindical até se surpreendeu com os bancos públicos e privados, que vinham respeitando o controle de aglomeração nas agências, o fornecimento obrigatório dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), a dispensa física dos trabalhadores e as trabalhadoras do grupo de risco sem comprovação de laudo para pessoas com idade superior a 60 anos, portadores de doenças crônicas, em tratamento de câncer, gestantes e lactantes, inclusive terceirizados e o respeito à negociação coletiva com a não implementação das medidas provisórias que aprovaram, entre outras coisas, a telemedicina.

A partir das negociações, foi criado um protocolo entre os bancos e o comando para preservar a saúde e a vida dos trabalhadores, que inclui: o afastamento imediato por até 14 dias das pessoas que apresentem sintomas, atestado ou exame de caso suspeito e de toda equipe de trabalho ao redor. Além disso, ficou acordado que a unidade devia ser fechada e higienizada e só poderia ser reaberta se todos trabalhadores e trabalhadoras da agência fossem trocados. E mais, toda equipe deve ser informada sobre os casos e casos de omissão seriam avaliados pelo Grupo de Trabalho (GT) de prevenção que tomaria as ações necessárias, inclusive o fechamento do banco.

Fonte: CONTRAF

Governo quer reduzir mais direitos trabalhistas e criar novo imposto

Governo deve apresentar uma edição 'repaginada' da Carteira Verde Amarela e um novo imposto nos moldes da CPMF. Para economistas da Unicamp e Dieese, medidas só favorecem o empresariado, e não o trabalhador



O ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, tem dito a empresários que vai retomar a ideia de desonerar a folha de pagamentos, retirar direitos trabalhistas, dificultar a atuação de sindicatos e criar um imposto sobre transações financeiras, nos mesmos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPFM), só que com uma nova “roupagem”, que ainda não foi divulgada pelo governo.

O que se sabe até agora é que o novo imposto incidirá sobre transações digitais, bancárias, mas abrangeria também transações com aplicativos como os de transporte, de entrega de comida, aluguel de patinetes, entre outras. É a mesma ideia anunciada no final do ano passado, que foi deixada de lado, antes da pandemia do coronavírus (Covid-19).

Enquanto não houver uma reforma tributária que considere a capacidade contributiva de cada um, que tenha uma faixa de isenção salarial sobre as transações financeiras, não teremos um Brasil com mais igualdade, critica Adriana Marcolino, técnica da subseção do Dieese da CUT Nacional. Para ela, a criação de

um imposto sobre transações bancárias deve ser analisada com muito cuidado, pois o atual governo não costuma **taxar os mais ricos**.

“Um Estado para promover ações públicas em áreas como saúde e educação, de qualidade e para todos, precisa ser financiado. O problema é que, neste governo, provavelmente, quem recebe R\$ 100 mil vai pagar a mesma alíquota de quem recebe R\$ 3 mil. É preciso haver uma faixa de isenção e uma alíquota progressiva, de acordo com que a pessoa movimenta. Quem tem mais, paga mais”, defende Adriana Marcolino.

Para a técnica do Dieese, com a economia brasileira cada vez mais informalizada, criar um novo tributo sobre aplicativos vai fazer com que a população pague mais sobre esses serviços, sem nenhuma garantia de proteção ao trabalhador nem retorno em políticas públicas.

“A imensa procura pelo **auxílio emergencial** mostra que esses trabalhadores se tivessem alguma proteção das empresas, algum direito, não estariam na fila para conseguir os 600 reais. É mais uma prova de que se esses trabalhadores, e até os intermitentes, tivessem uma proteção não estariam recorrendo ao auxílio”, diz Adriana.

Já a desculpa para retirar direitos trabalhistas é a de sempre: facilitar a vida dos patrões para a retomada do crescimento econômico e, conseqüentemente, gerar empregos. Guedes defende a liberação, por parte das empresas, do recolhimento de 20% sobre a folha, que é a parte que o patrão paga ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e reduzir o valor da contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por um ou dois anos. Ou seja,

o mesmo conteúdo da **Medida Provisória (MP) nº 905, da Carteira Verde e Amarela**, retirada pelo governo porque o Congresso Nacional ameaçava não aprovar.

Só que a maldade deste governo não tem fim. Na MP da Carteira Verde e Amarela, os novos contratos valeriam para trabalhadores de até 29 anos e acima de 55 anos. Desta vez, Guedes, quer incluir os trabalhadores na ativa, os que estejam na informalidade e quem está há bastante tempo desempregado, mais de cinco anos, por exemplo.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, não sabe fazer outra coisa a não ser defender a cartilha neoliberal que não vê o Estado como indutor da economia e aposta suas fichas na iniciativa privada, acreditando que os empresários irão investir sem investimentos da União. É o Estado que faz grandes obras, que cria demanda de empregos, diz a professora de economia da Unicamp, Marilane Teixeira.

Ela diz que na época da edição da MP nº 905, a ideia de abrir vagas para jovens de 19 a 29 anos, com o discurso de estimularia a contratação de uma faixa etária que estava fora do mercado, já era impropriedade. Segundo ela, os trabalhadores de 20 a 29 anos correspondem por 25% da força de trabalho ocupada.

“O grande erro de Guedes é insistir na cartilha neoliberal de que o Estado não precisa investir, basta retirar direitos dos trabalhadores, que os empresários com menos custos voltarão a contratar”, afirma.

“Uma coisa é o que pensa Guedes, outra é o que a vida real mostra. Retirar mais direitos, flexibilizar e facilitar pras empresas tem um custo muito alto”.

Sobre as experiências trágicas para o trabalhador de desoneração e perda de direitos, Adriana Marcolino, reforça que basta lembrar que a reforma Trabalhista de Michel Temer não gerou emprego.

“O desemprego está na casa dos 12,9 milhões [12,2%] no Brasil. E toda vez que há desonerações,

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

os empresários acabam embolsando o dinheiro. O que gera emprego é o crescimento econômico, a partir de investimentos do Estado”, afirma a técnica do Dieese.

Os empresários só contratam se houver demanda e só há demanda, em época de crise, quando há programas de transferência de renda, obras públicas, acrescenta Marilane Teixeira, que também é doutora em Desenvolvimento Econômico.

“Um dono de bar só vai contratar se aumentar o movimento. Ele não vai contratar só porque vai pagar menos imposto. O mesmo vale para uma indústria, ela só vai contratar se aumentar suas vendas. E sem transferência de renda, sem geração de emprego, induzido por obras do governo, a economia vai continuar patinando”

“A iniciativa privada por si só não tem capacidade de se recuperar. Os empresários agem como manada, se o Estado tem demanda eles respondem”, conclui.

Governo quer sindicatos fracos

Nas conversas divulgadas de Guedes com parte do empresariado, o ministro da Economia, defende o enfraquecimento dos sindicatos para implantar sua agenda neoliberal, de menos direitos trabalhistas e de menos proteção social.

A técnica do Dieese, Adriana Marcolino, afirma nenhum país vai crescer de forma significativa, com distribuição de renda, com um movimento sindical enfraquecido e sem proteção trabalhista.

“É o movimento sindical que regula os direitos, que checa o recolhimento de verbas previdenciárias, a distribuição de rendimentos nas negociações. Por isso, são instituições importantes na sociedade, não só no Brasil, como no mundo. Se não houver sindicatos fortes o trabalhador será sempre o mais vulnerável nas crises”, alerta.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF